

## APOIO SOCIAL DOS ESTUDANTES E EQUIDADE NO ACESSO

### 1. O apoio social escolar universitário – uma tradição medieval

A Universidade é uma instituição europeia multiseular, uma criação da Europa medieval, da Europa da Igreja Católica Romana, que na verdade, segundo Walter Rüegg<sup>1</sup>, é a Instituição europeia por excelência. O uso de uma língua comum de ensino – o Latim –, a grande uniformidade dos planos de estudo, o reconhecimento pelo Papa dos *studia generalia* e da sua capacidade para conferir a *licentia ubique docendi* (a capacidade para ensinar em qualquer instituição sob a jurisdição papal), criaram o primeiro espaço europeu de educação. Como resultado desta situação os alunos podiam mudar facilmente de universidade para universidade

O que é curioso é que desde os tempos medievais também existia, embora sob formas rudimentares, adaptadas aos padrões da sociedade medieval, um embrião de apoio social escolar – porém, muito mais baseado numa noção de caridade cristã do que no conceito atual de apoio social. Na Idade Média frequentar a Universidade não estava ao alcance de todas as bolsas. Os alunos *solventes* – ou seja, os que estavam em condições de suportar os seus estudos – deviam fazer um donativo por ocasião da entrada e todas as semanas deviam pagar uma quotização destinada à caixa comum (os salários dos professores eram pagos pelos alunos), a que acresciam encargos com esmolas, a compra, aluguer ou cópia dos livros e as multas que não eram raras. As quotizações dos alunos variavam, em regra, com os rendimentos do aluno, os quais eram declarados sob juramento – mas na Idade Média como hoje nem sempre o nível de honestidade era o desejado, o que levou a exigir que o aluno apresentasse abonadores, que testemunhassem que o juramento era verdadeiro e feito de boa-fé.

No outro extremo estavam os estudantes considerados pobres, os que juravam *in paupertate*. Mas se havia alguns que tentavam ser admitidos como pobres, sem o serem de facto, outros – porventura os verdadeiramente pobres – faziam questão de não o declarar, para ocultarem o estigma daqueles *cujus bursa nihil*.

As bolsas de estudo não eram um fenómeno raro. Era possível atribuir uma bolsa a um estudante com rendimentos intermédios (*non divites, non medicantes – nem ricos nem mendigos*), ou seja, cujos pais não estavam em condições de suportar a frequência da Universidade, sem ter de realizar grandes sacrifícios (*sine notabili dispendio*). Esta bolsa podia cobrir, quer os gastos de alimentação, quer as despesas necessárias à vida modesta de um estudante: cama, iluminação, vestuário, livros, aquecimento, etc. O estudante deixava de ser considerado *pobre*, desde que fosse *bursarius*. Consta da história que o Papa Urbano V

---

<sup>1</sup> Rüegg, W. (1991). In *A History of the University in Europe*, Vol. 1 Universities in the Middle Ages, Cambridge, Cambridge University Press.

chegou a manter 1400 bolseiros e também muitas cidades, reis e príncipes concediam bolsas aos seus súbditos. Em Portugal, o rei D. Duarte convidava os estudantes ricos a pagarem, do seu bolso, os estudos dos pobres.

Também os empréstimos – hoje tão criticados – eram conhecidos. A comuna de Pádua, nos seus estatutos de 1528, previa empréstimos de 20%, isentos de impostos. Por vezes, era a própria Universidade que emprestava, sob hipoteca, devendo os alunos reembolsar a Universidade quando pudessem, normalmente com a conclusão dos estudos.

Mas havia, também, rudimentos de apoios indiretos em alojamento e comida, igualmente em nome da caridade. O Papa Inocêncio IV, em 1245, ordenou que o bispo de Toulouse se encarregasse do alojamento dos estudantes pobres, fazendo com que ficassem hospedados, por caridade, em locais *extra viam publicam*. O regulamento de Paris mandava que aos pobres fosse dado *um lugar decente*, para comer e que lhes fosse servido caldo suficiente para matar a fome, em troca de tarefas como ajudar à missa, na capela e tocar a sineta do Colégio. E, em muitas universidades, criou-se a tradição de que cada casa de estudantes alimentasse um aluno, chamado *beneficiarius*, com os restos da mesa – *fragmenta seu reliquie mensarum*. Tais auxílios, nem sempre assumiam a forma de uma bolsa, no sentido tradicional do termo. Muitas vezes, tratava-se de uma dádiva de lenha, para aquecimento, de palha, para um colchão, de uma oferta de caça, de vinho e de roupa. Em Portugal, o rei D. Dinis concedeu aos estudantes que se deslocavam ao Estudo Geral, com suas cavalgadas, livros, criados e alfaias, isenção do pagamento de portagens.

Contudo, a base caritativa do apoio social conduziu muitas vezes a injustiças ou a tratamentos discriminatórios, tendo o aumento do custo de vida e a crise económica, no final do século XIV, determinado uma redução drástica destes apoios. Por exemplo, a Universidade de Pádua, no início do século XV limitou o número de estudantes pobres a apenas dois, um em Direito Civil e outro em Direito Canónico, embora mantivesse ensino gratuito para os filhos dos professores, ao passo que, em Bolonha, os bolseiros deixaram de ter o direito de participar nas assembleias. E cada vez mais se instituiu o princípio de que os benefícios só eram concedidos a pobres desde que fossem considerados *aptos e sábios (ydoneus et doctus)*.

Com o decorrer dos séculos, as Universidades sofreram enormes transformações. Mantendo, embora, uma aparência de continuidade e uma constância da sua atividade – ensino e investigação – é um facto que a universidade de hoje é muito diferente da universidade medieval, mesmo tendo em conta os novos programas Europeus para retomar uma mobilidade que já existiu nos tempos medievos e a substituição de uma entidade super reguladora – o Papa – por outra – a Comissão Europeia. Do mesmo modo também a Acção Social se modificou de forma drástica. Segundo o Fundo de Apoio ao Estudante, fixou-se como objectivo da Acção Social, no ensino superior, “melhorar as possibilidades de sucesso escolar mediante a prestação de serviços e a concessão de apoios aos estudantes, tais como bolsas de estudo, alimentação em cantinas e bares, alojamento, serviços de saúde, actividades

desportivas, empréstimos, reprografia, livros e material escolar” ou, por outras palavras, favorecer “o acesso ao ensino superior e à prática de uma frequência bem sucedida, com discriminação positiva, em relação aos estudantes economicamente carenciados e aos estudantes deslocados”. Em particular, a Acção Social deverá, num Estado democrático, assegurar que nenhum estudante será excluído do subsistema de ensino superior, por problemas financeiros.

## **2. O apoio social no presente**

O apoio social escolar é hoje considerado como sendo uma componente muito importante das políticas de aumento da equidade no acesso ao ensino superior. Um dos elementos mais significativos do apoio social consiste na atribuição de bolsas aos estudantes economicamente mais carenciados. A percentagem de bolsas atribuídas a uma determinada instituição ou curso pode, também, servir como indicador da equidade no acesso a essa instituição ou curso.

A Tabela 1 apresenta os resultados para o número de bolseiros do ensino superior público no ano letivo 2021/22. Em média, 20,24% de todos os estudantes do ensino superior público são bolseiros, mas a percentagem é de 17,02% para o ensino universitário subindo para 25,45% para o ensino politécnico, o que indicia uma maior participação das famílias de menores recursos no ensino politécnico. Também é de notar a existência de diferenças muito substanciais dentro de cada sistema.

São as instituições localizadas em Lisboa as que têm menor percentagem de bolseiros: 8,65% na Universidade Nova de Lisboa, 8,88% no ISCTE e 10,99% na Universidade de Lisboa. Mesmo no Instituto Politécnico de Lisboa aquela percentagem é de apenas 12,37%, panorama que se repete em outras escolas politécnicas da capital: Escola Náutica Infante D. Henrique com 7,48%, Escola de Enfermagem de Lisboa com 14,68% e Escola de Hotelaria e Turismo do Estoril com 16,13%. Estas percentagens muito baixas podem ser resultantes de um nível salarial mais elevado, ou de uma política de contenção das vagas nas instituições dos grandes aglomerados urbanos que torna mais difícil o acesso dos alunos de menores recursos.

No caso do Porto, a Universidade apresenta uma percentagem de 15,89% a qual sobe no Instituto Politécnico do Porto para 28,17% e na Escola de Enfermagem do Porto para 34,12%. De novo se verifica uma maior dificuldade dos estudantes de menores recursos em terem acesso à Universidade.

Em sentido oposto verificam-se percentagens muito elevadas de bolseiros em zonas com uma componente rural forte, como é o caso do Minho, com uma percentagem de bolseiros de 27,92% na Universidade do Minho (e 40,23% na sua componente politécnica), de 32,50% no Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e 33,73% no Instituto Politécnico de Viana do

Castelo. A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) tem uma percentagem de bolsiros de 30,06%, a qual sobe para 38,71% na sua componente politécnica.

Também as instituições insulares apresentam valores muito elevados da percentagem de bolsiros, com 31,60% na Universidade dos Açores (42,33% na componente politécnica) e 42,21 % na Universidade da Madeira (44,22% na componente politécnica).

A Tabela 2 apresenta os dados para o ensino superior privado, onde se observa uma percentagem global de 11,33%, sendo de 9,43% no ensino universitário e de 15,81% no ensino politécnico. Como se verifica, a percentagem de bolsiros é claramente inferior à do ensino público, o que poderá ser consequência de no ensino superior privado haver uma percentagem significativa de estudantes trabalhadores, não elegíveis para uma bolsa de estudos. No entanto, deve chamar-se a atenção para diversos casos de valores extremamente elevados da percentagem de bolsiros, muito acima da percentagem global. No ensino universitário é o caso do Instituto Superior de Segurança Social com 52,61%, havendo diversos casos no setor politécnico como sejam a Escola Superior de Educação de Fafe com 41,02%, da Escola de Enfermagem de Santa Maria com 52,60%, do Instituto Superior de Ciências da Educação do Douro com 45,68%, do Instituto Superior de Tecnologias Avançadas do Porto com 60,87% e da Escola Superior de Desporto e Educação Jean Piaget de Vila Nova de Gaia com 83,33%.

Tabela 1 – Bolsiros do Ensino superior público (2021/22)

<b>Ensino Superior Público</b>			
<b>Universitário</b>	<b>Bolsiros</b>	<b>Alunos</b>	<b>% Bolsiros</b>
Universidade Nova de Lisboa	2 026	23 426	8,65%
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	989	11 132	8,88%
Universidade de Lisboa	5 548	50 482	10,99%
Universidade do Porto	5 541	34 879	15,89%
Universidade do Algarve	863	5 162	16,72%
Universidade de Aveiro	2 449	12 281	19,94%
Universidade de Coimbra	4 767	23 567	20,23%
Universidade de Évora	1 350	6 240	21,63%
Universidade da Beira Interior (UBI)	2 003	8 091	24,76%
Universidade do Minho	5 701	20 418	27,92%
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)	2 378	7 910	30,06%
Universidade dos Açores	784	2 481	31,60%
Univeridade da Madeira	1 117	2 646	42,21%
<b>TOTAIS</b>	<b>35 516</b>	<b>208 715</b>	<b>17,02%</b>
<b>Politécnico</b>			
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique	56	749	7,48%
Instituto Politécnico de Lisboa	1 752	14 158	12,37%
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	207	1 410	14,68%
Instituto Politécnico de Setúbal	1 204	7 833	15,37%
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril	292	1 810	16,13%

Universidade de Évora	108	614	17,59%
Instituto Politécnico de Beja	689	3 275	21,04%
Universidade do Algarve – Politécnico	943	4 434	21,27%
Instituto Politécnico de Tomar	499	2 297	21,72%
Instituto Politécnico de Santarém	1 011	4 409	22,93%
Instituto Politécnico de Coimbra	2 861	11 408	25,08%
Universidade de Aveiro – Politécnico	930	3 566	26,08%
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	491	1 838	26,71%
Instituto Politécnico do Porto	5 641	20 024	28,17%
Instituto Politécnico de Bragança	2 750	9 724	28,28%
Instituto Politécnico da Guarda	958	3 351	28,59%
Instituto Politécnico de Castelo Branco	1 324	4 460	29,69%
Instituto Politécnico de Portalegre	693	2 298	30,16%
Instituto Politécnico de Leiria	3 300	10 396	31,74%
Instituto Politécnico de Viseu	1 921	5 942	32,33%
Instituto Politécnico do Cávado e Ave	1 931	5 942	32,50%
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	1 746	5 177	33,73%
Escola Superior de Enfermagem do Porto	550	1 612	34,12%
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)	235	607	38,71%
Universidade do Minho	208	517	40,23%
Universidade dos Açores – Politécnico	182	430	42,33%
Universidade da Madeira – Politécnico	394	891	44,22%
<b>TOTAIS</b>	<b>32 876</b>	<b>129 172</b>	<b>25,45%</b>
<b>TOTAIS ENSINO PÚBLICO</b>	<b>68 392</b>	<b>337 887</b>	<b>20,24%</b>

Fontes: DGEEC, DGES

Tabela 2 — Bolseiros do Ensino superior privado (2021/22)

<b>Ensino superior privado</b>			
<b>Ensino Universitário</b>	<b>Bolseiros</b>	<b>Alunos</b>	<b>% Bolseiros</b>
Universidade Católica Portuguesa	578	12 628	4,58%
Universidade Lusíada – C. Universitário Lusíada – Lisboa	189	2 658	7,11%
Universidade Lusíada – C. Universitário Lusíada – Norte - Porto	397	2 131	18,63%
Universidade Lusíada – C. Universitário Lusíada – Norte – VN Famalicão	121	642	18,85%
Universidade Portucalense Infante D. Henrique	448	3 095	14,47%
Universidade Autónoma de Lisboa Luís de Camões	339	3 267	10,38%
Universidade Fernando Pessoa	349	3 100	11,26%
Universidade da Maia	918	4 050	22,67%
Universidade Europeia	135	4 669	2,89%
Atlântica - Instituto Universitário	22	444	4,95%
Escola Superior Artística do Porto	42	333	12,61%
Escola Universitária Vasco da Gama	11	553	1,99%
Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Almada	84	528	15,91%
Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares de Viseu	32	130	24,62%
Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes	60	664	9,04%
Universidade Lusófona - Centro Universitário Lusófona - Lisboa	345	8 637	3,99%

Universidade Lusófona - Centro Universitário Lusófona - Porto	477	2 251	21,19%
Instituto Superior de Gestão	15	500	3,00%
Instituto Superior de Serviço Social do Porto	160	303	52,81%
Instituto Superior Miguel Torga	151	972	15,53%
Instituto Universitário de Ciências da Saúde	144	1 650	8,73%
Instituto Universitário Egas Moniz	103	1 730	5,95%
ISPA - Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida	263	2 132	12,34%
<b>Totais</b>	<b>5 383</b>	<b>57 067</b>	<b>9,43%</b>
<b>Ensino Politécnico</b>			
Academia Nacional Superior de Orquestra	16	129	12,40%
Escola Superior de Artes e Design	146	951	15,35%
Escola Superior de Atividades Imobiliárias	3	196	1,53%
Escola Superior de Educação de Fafe	153	373	41,02%
Escola Superior de Tecnologias de Fafe	66	214	30,84%
Escola Superior de Educação de João de Deus	23	245	9,39%
Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti	77	356	21,63%
Escola Superior de Enfermagem de São José de Cluny	75	233	32,19%
Escola Superior de Enfermagem São Francisco das Misericórdias	23	299	7,69%
Escola Superior de Negócios Atlântico	31	599	5,18%
Escola Superior de Saúde Atlântica	34	539	6,31%
Escola Superior de Saúde Cruz Vermelha Portuguesa - Alto Tâmega	46	381	12,07%
Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa - Lisboa	77	1 028	7,49%
Escola Superior de Saúde Egas Moniz	71	826	8,60%
Escola Superior de Saúde de Santa Maria	152	289	52,60%
Escola Superior de Saúde do Alcoitão	17	480	3,54%
Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Viseu	45	240	18,75%
Escola Superior de Saúde Norte da Cruz Vermelha Portuguesa	88	457	19,26%
Instituto Politécnico da Lusofonia	65	968	6,71%
Instituto Politécnico da Maia	385	1 271	30,29%
Instituto Politécnico de Saúde do Norte — CESPU - Escola Superior de Enfermagem do Tâmega e Sousa	36	251	14,34%
Instituto Politécnico de Saúde do Norte — CESPU - Escola Superior de Saúde do Vale do Ave	216	1 005	21,49%
Instituto Politécnico de Saúde do Norte — CESPU - Escola Superior de Tecnologias da Saúde do Tâmega e Sousa	136	470	28,94%
Instituto Politécnico Jean Piaget do Norte - Escola Superior de Desporto e Educação Jean Piaget de Vila Nova de Gaia	15	18	83,33%
Instituto Politécnico Jean Piaget do Norte - Escola Superior de Saúde Jean Piaget de Vila Nova de Gaia	93	372	25,00%
Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul - Escola Superior de Educação Jean Piaget de Almada	41	196	20,92%
Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul - Escola Superior de Tecnologia e Gestão Jean Piaget	20	184	10,87%
Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul - Escola Superior de Saúde Jean Piaget do Algarve	28	276	10,14%
Instituto Português de Administração de Marketing de Lisboa	38	767	4,95%
Instituto Português de Administração de Marketing do Porto	97	1 262	7,69%
Instituto Superior D. Dinis	3	441	0,68%
Instituto Superior de Administração e Gestão	82	1 087	7,54%

Instituto Superior de Administração e Línguas	33	183	18,03%
Instituto Superior de Ciências da Informação e da Administração	37	397	9,32%
Instituto Superior de Ciências Educativas do Douro	127	278	45,68%
Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo	178	624	28,53%
Instituto Superior de Entre Douro e Vouga	75	537	13,97%
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas de Lisboa	107	916	11,68%
Instituto Superior de Tecnologias Avançadas do Porto	98	161	60,87%
Instituto Superior Politécnico Gaya	113	611	18,49%
ISAVE - Instituto Superior de Saúde	131	338	38,76%
ISCE - Instituto Superior de Lisboa e Vale do Tejo	111	681	16,30%
ISEC Lisboa - Instituto Superior de Educação e Ciências	133	1 534	8,67%
ISLA - Instituto Politécnico de Gestão e Tecnologia	240	781	30,73%
ISLA - Instituto Superior de Gestão e Administração de Santarém	44	749	5,87%
Totais	3 825	24 193	15,81%
Totais: ensino superior privado	9 208	81 260	11,33%

Fontes: DGEEC, DGES

A Tabela 3 e o Gráfico 1 mostram a evolução do número de bolsas de estudo entre 2016/17 e 2022/22, a qual foi relativamente moderada. Verifica-se que, globalmente, houve um aumento de 9,4% no número de requerimentos de estudantes, de 94.532 para 103.389, aumento que foi de 5,3% para o ensino público ( $\Delta = 4.406$ ) e de 39,8% para o ensino privado ( $\Delta = 4.451$ ). Quanto ao número de processos deferidos, ele aumentou de 6,3% no ensino público ( $\Delta = 4 022$ ) e de 42,5% no ensino privado ( $\Delta = 3 210$ ). A percentagem de deferimentos manteve-se sensivelmente constante no ensino público, sendo de 77,2% em 2016/17 e de 77,9% em 2021/22; no ensino privado registou-se, no mesmo período, um ligeiro aumento de 67,4% para 68,8%. As percentagens de indeferimentos variaram de 22,4% em 2016/17 para 16,8% em 2021/22 no caso do ensino público<sup>2</sup>, e de 29,7% para 30,4% no caso do ensino privado.

Tabela 3 – Estatística de bolsas de estudo no ensino superior (Fonte: DGES)

	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21	2021/22
Requerimentos E. Público	83 338	84 696	84 715	83 644	87 394	87 744
Requerimentos E. Privado	11 194	12 302	12 892	13 566	14 994	15 645
Requerimentos Total	94 532	96 998	97 607	97 210	102 388	103 389
Deferidos E. Público	64 332	64 918	64 897	62 981	68 544	68 354
Deferidos E. Privado	7 547	8 292	8 862	9 214	10 455	10 757
Total Deferidos	71 879	73 210	73 759	72 195	78 999	79 111
Indeferidos E. Público	18 693	18 631	19 459	20 202	18 492	19 112
Indeferidos E. Privado	3 327	3 527	3 738	4 113	4 137	4 750
Total Indeferidos	22 020	22 158	23 197	24 315	22 629	23 862

<sup>2</sup> Note-se que a soma das percentagens de processos deferidos e indeferidos é diferente de 100%, havendo por exemplo alguns processos arquivados ou em apreciação (nomeadamente em 2021/22).

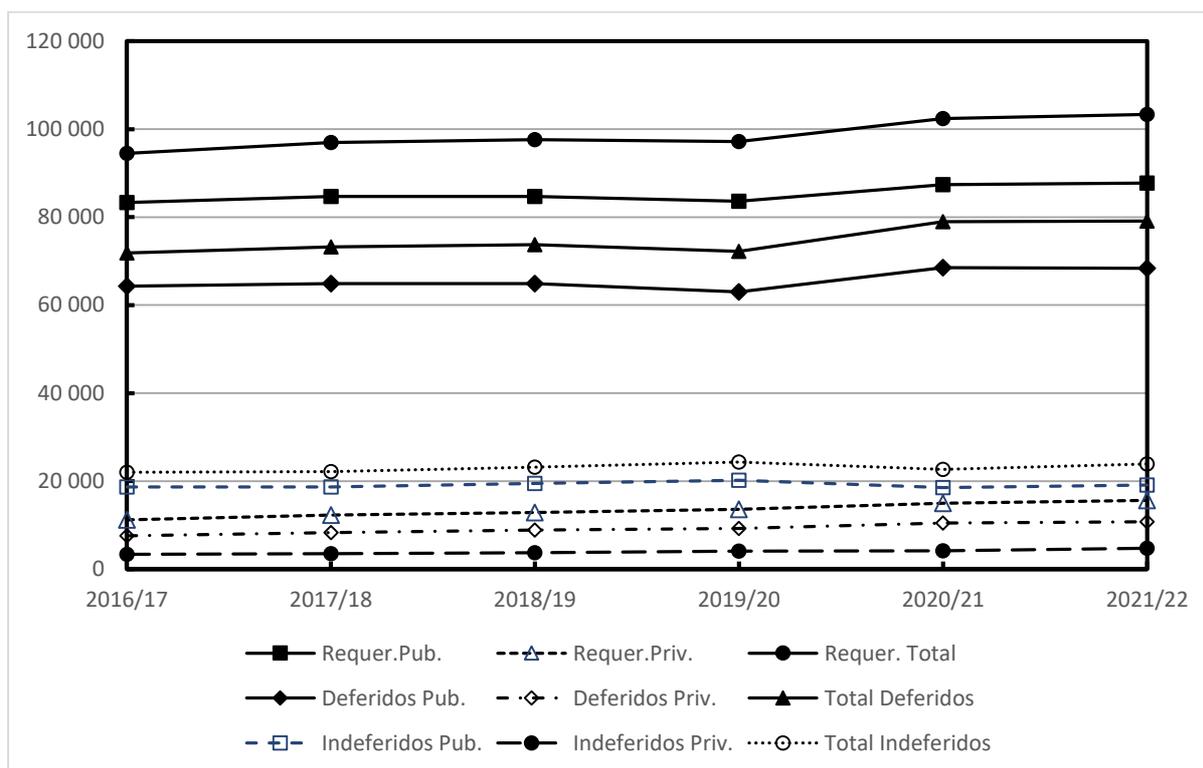


Gráfico 1 – Estatística de bolsas de estudo no ensino superior

Fonte: DGES

O sistema de ensino superior português, tal como os de muitos outros países, é deficiente sob o ponto de vista do acesso dos alunos economicamente mais carenciados. Esperava-se que com a expansão dos sistemas educativos fosse possível reduzir as desigualdades de acesso dos estudantes provenientes de diferentes níveis socioeconómicos. Porém, isso não se verificou e uma das explicações é baseada na hipótese MMI de Raftery e Hout (1993)<sup>3</sup> (Maximally maintained inequality). O argumento é que havendo competição para entrar no ensino superior os estudantes dos níveis mais favorecidos socioeconomicamente estão melhor colocados do que os outros para tirar proveito das novas vantagens oferecidas pela expansão. Ou, de modo um pouco brutal, as classes menos favorecidas só podem tirar vantagem das oportunidades oferecidas pela expansão quando as necessidades das classes mais altas estiverem completamente satisfeitas.

Então o que acontece se houver praticamente lugar para todos? O que acontece numa situação como a que se verifica hoje em Portugal, em que não há estudantes que cheguem para preencher a totalidade das vagas disponíveis no ensino superior, público e privado? Então passa a aplicar-se uma outra hipótese, a EMI (Effectively maintained inequality) (Lucas,

<sup>3</sup> Raftery, A.E., and Hout, M. (1993). Maximally Maintained Inequality: Expansion, Reform, and Opportunities in Irish Higher Education. *Sociology of Education*, 66(6): 41-62.

2001)<sup>4</sup> segundo a qual os atores favorecidos socioeconomicamente vão conseguir para si e para os seus descendentes qualquer tipo de vantagem sempre que esta seja possível. Ou seja, enquanto um determinado nível escolar não é universal os mais favorecidos vão assegurar esse nível para os seus filhos. Quando esse nível é quase universal então os mais favorecidos procuram as diferenças qualitativas que existam e usam as suas vantagens para assegurar esse nível de educação, mas procurando educação que é qualitativamente melhor. Portanto, os socioeconomicamente mais favorecidos usam as suas vantagens socioeconómicas para assegurar os melhores resultados, quer quantitativamente quer qualitativamente.

Isso explica, por exemplo, a predominância de alunos das classes mais favorecidas em cursos como Medicina, ou nas Engenharias do Instituto Superior Técnico ou na Faculdade de Engenharia do Porto e o seu afastamento, por exemplo, dos cursos de Enfermagem e de Educação. Ou a maior predominância de bolsas no politécnico em relação ao universitário. A Tabela 4 compara as percentagens de bolseiros em cursos de Medicina, Medicina Dentária ou Medicina Veterinária com cursos também da área saúde, mas de natureza politécnica como a Enfermagem ou a Fisioterapia e mostra, claramente, a predominância dos estudantes de classes socioeconomicamente mais favorecidas (menor percentagem de bolseiros) nos cursos de maior prestígio.

Tabela 4 – Comparação de cursos na área da saúde (humana e animal)

Curso	Número de bolseiros	Número de estudantes	% de bolseiros
Medicina	1438*	10 626	13,53%
Medicina Dentária	164	921	17,81%
Medicina Veterinária	349	2 032	17,19%
Enfermagem	3 641	9 568	38,05%
Fisioterapia	424	1 574	26,93%

\* Não se inclui o curso da Universidade do Algarve devido à forma diversa de acesso

Fontes: DGEEC, DGES

Um outro exemplo claro é o dos cursos de Ciências Farmacêuticas (universidade) e de Farmácia (politécnico), como se mostra na Tabela 5.

Tabela 5 – Comparação entre Ciências Farmacêuticas e Farmácia

Curso	Número de bolseiros	Número de estudantes	% de bolseiros
Ciências Farmacêuticas	958	3 875	24,72%
Farmácia	403	1 041	38,71%

Fontes: DGEEC, DGES

E o mesmo se verifica quando se compara o Direito (universidade) com a Solicitadoria (politécnico) (Tabela 6):

<sup>4</sup> Lucas, S.R. (2001). Effectively Maintained Inequality: Education Transactions, Track Mobility, and Social Background Effects. *American Journal of Sociology*, 106(6): 1642-1690.

Tabela 6 – Comparação entre Direito e Solicitadoria

Curso	Número de bolseiros	Número de estudantes	% de bolseiros
Direito	1 304	7 120	18,31%
Solicitadoria	595	2 113	28,16%

Fontes: DGEEC, DGS

Ou entre as Ciências Biomédicas (universidade) e as Ciências Biomédicas Laboratoriais (politécnico) (Tabela 7):

Tabela 7 – Comparação entre Ciências Biomédicas e Ciências Biomédicas Laboratoriais

Curso	Número de bolseiros	Número de estudantes	% de bolseiros
Ciências Biomédicas	154	639	24,10%
Ciências Biomédicas Laboratoriais	420	1 268	33,12%

Fontes: DGEEC, DGES

Ou na Biotecnologia (Tabela 8):

Tabla 8 – Comparação de cursos de Biotecnologia

Curso	Número de bolseiros	Número de estudantes	% de bolseiros
Biotecnologia (universidade)	114	561	20,32%
Biotecnologia (politécnico)	160	563	28,42%
Biotecnologia medicinal (politécnico)	51	141	35,91 %

Fontes: DGEEC, DGES

Ou no Design (Tabela 9):

Tabela 9: Comparação de cursos de Design

Curso	Número de bolseiros	Número de estudantes	% de bolseiros
Design (universidade)	172	639	27,13%
Design (politécnico)	63	161	39,13%

Fontes: DGEEC, DGES

Ou na Engenharia Química (Tabela 10):

Tabela 10: Comparação de cursos de Engenharia Química

Curso	Número de bolseiros	Número de estudantes	% de bolseiros
Engenharia Química (universidade)	116	935	12,41%
Engenharia Química (politécnico)	73	318	22,96%

Fontes: DGEEC, DGES

Nem sempre existe esta separação clara entre os dois subsistemas, uma vez que a média depende da composição da amostra em termos de instituição. Bastará recordar que a percentagem média de bolseiros é de 27,92% na Universidade do Minho e de 30,06% na UTAD, mas apenas de 12,37% no Instituto Politécnico de Lisboa e de 15,37% no Instituto

Politécnico de Setúbal. Por exemplo, no caso da Engenharia Química a separação é muito clara devido ao peso dos cursos da Faculdade de Engenharia do Porto e, do Instituto Superior Técnico (Tabela 11), mas já a Engenharia Mecânica (Tabela 12) e a Engenharia e Gestão Industrial (Tabela 13) apresentam um panorama bem mais complexo.

Tabela 11 – Engenharia Química

Instituição	Número de bolseiros	Número de estudantes	% de bolseiros
Instituto Politécnico de Bragança	10	78	12,82%
Instituto Politécnico do Porto	63	240	26,25%
<b>Total Politécnico</b>	<b>73</b>	<b>318</b>	<b>22,96%</b>
Universidade de Aveiro	34	147	23,13%
Fac. Ciências e Tecnologia Coimbra	36	172	20,93%
Instituto Superior Técnico	29	318	9,12%
Faculdade Engenharia do Porto	17	298	5,70%
<b>Total Universitário</b>	<b>116</b>	<b>935</b>	<b>12,41%</b>

Fontes: DGEEC, DGES

Tabela 12 – Engenharia Mecânica

Instituição	Número de bolseiros	Número de estudantes	% de bolseiros
Instituto Politécnico de Bragança	19	212	8,96%
Instituto Politécnico de Coimbra	62	364	17,03%
Instituto Politécnico de Leiria	38	299	12,71%
Instituto Politécnico de Lisboa	41	671	6,11%
Instituto Politécnico de Setúbal	23	258	8,91%
Instituto Politécnico de Tomar	5	65	7,69%
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	30	137	21,90%
Instituto Politécnico de Viseu	21	152	13,82%
Instituto Politécnico do Porto	119	841	14,15%
Universidade do Algarve (politécnico)	9	134	6,72%
<b>Total Politécnico</b>	<b>367</b>	<b>3 113</b>	<b>11,71%</b>
Universidade de Aveiro	56	571	9,81%
Universidade de Coimbra	91	611	14,89%
Instituto Superior Técnico	47	692	6,79%
UTAD	43	137	31,39%
Universidade do Minho	37	547	6,76%
Faculdade de Engenharia do Porto	34	890	3,82%
Universidade Nova de Lisboa	7	472	1,48%
<b>Total Universidade</b>	<b>315</b>	<b>2 855</b>	<b>8,04%</b>

Fontes: DGEEC, DGES

Tabela 13 – Engenharia e Gestão Industrial

Instituição	Número de bolsеiros	Número de estudantes	% de bolsеiros
Instituto Politécnico de Coimbra	23	146	15,75%
Instituto Politécnico de Leiria	11	98	11,22%
Instituto Politécnico do Cávado e do Ave	38	120	31,67%
Instituto Politécnico do Porto	27	187	14,44%
<b>Total Politécnico</b>	<b>99</b>	<b>551</b>	<b>17,97%</b>
Universidade da Beira Interior	17	94	18,09%
Universidade de Aveiro	39	412	9,47%
Universidade de Coimbra	43	224	19,20%
Universidade de Évora	2	18	11,11%
Instituto Superior Técnico (Tagus Park)	10	275	3,64%
UTAD	27	85	31,76%
Universidade do Minho	39	428	9,11%
Faculdade de Engenharia do Porto	10	395	2,53%
Universidade Nova de Lisboa	7	353	1,98%
<b>Total Universidade</b>	<b>194</b>	<b>1 712</b>	<b>8,49%</b>

Fontes: DGEEC, DGES

O estudo da colocação dos estudantes e da percentagem de bolsеiros é de interpretação complexa, uma vez que combina a influência da instituição com a influência do curso e as notas mínimas de entrada, apresentadas na Tabela 14, também não explicam completamente os resultados obtidos.

Um exemplo simples é o caso da Arquitetura (Tabela 15). O curso oferecido pelo Instituto Superior Técnico tem uma percentagem de bolsеiros de 7,80% e uma nota mínima de acesso de 16,2 valores, ao passo que esse mesmo curso na Universidade do Porto tem uma nota mínima de acesso de 18,8 valores e uma percentagem de bolsеiros de 14,06%, e no ISCTE esses valores são, respetivamente, 18,05 e 11,28%, e na Universidade do Minho são 17,23 e 30,65%. Porém, as percentagens globais de bolsеiros nessas instituições são de 10,99% na Universidade de Lisboa, de 15,89% na Universidade do Porto, de 8,88% no ISCTE e de 27,92% na Universidade do Minho, o que mostra um grande predomínio do fator instituição no resultado final.

O efeito de instituição nota-se claramente, por exemplo, no caso da Medicina, na percentagem de bolsеiros, como se mostra na Tabela 16. Neste caso as notas de acesso são bastante elevadas em todos os cursos pelo que a percentagem dos bolsеiros é consistente com a influência da instituição.

Tabela 14 – Nota mínima de acesso em cursos com baixa percentagem de bolsеiros

Curso	Nota mínima	% de bolsеiros
Medicina (ICBAS Uni. Porto)	19,03	12,76%
Medicina (Universidade do Porto)	18,82	13,08%
Medicina (Universidade de Lisboa)	18,35	10,56%
Medicina (Universidade Nova Lisboa)	18,45	7,61%
Bioengenharia (F. Engenharia Porto)	18,75	7,60%
Engenharia Biológica (Instituto Superior Técnico)	17,63	7,20%
Engenharia Aeroespacial (Instituto Superior Técnico)	19,05	9,17%
Engenharia Biomédica (Instituto Superior Técnico)	18,35	9,22%
Engenharia Biomédica (Universidade Nova de Lisboa)	17,76	8,14%
Engenharia e Gestão Industrial (Instituto Superior Técnico)	17,55	3,64%
Engenharia e Gestão Industrial (F. Engenharia do Porto)	18,98	2,53%
Engenharia e Gestão Industrial (Univ. Nova de Lisboa)	16,66	8,86%
Engenharia Física Tecnológica (Instituto Superior Técnico)	18,95	8,12%
Eng. Informática e de Computadores (I. Politécnico Lisboa)	13,25	6,12%
Eng. Informática e de Computadores (IS Técnico)	17,40	5,90%
Eng. Informática e de Computadores (IS Técnico Tagus P.)	16,50	6,60%
Engenharia Mecânica (I. Politécnico de Lisboa)	13,30	6,17%
Engenharia Mecânica (I. Politécnico de Setúbal)	11,96	9,06%
Engenharia Mecânica (I. Politécnico de Tomar – Abrantes)	13,93	7,69%
Engenharia Mecânica (Instituto Superior Técnico)	18,03	6,79%
Engenharia Mecânica (Univ. Algarve – Politécnico)	14,53	6,72%
Engenharia Mecânica (Faculdade Engenharia do Porto)	17,98	3,82%
Engenharia Mecânica (Universidade Nova de Lisboa)	16,74	6,60%
Engenharia Mecânica (IP Leiria – pós-laboral)	11,77	9,80%
Engenharia Química (Instituto Superior Técnico)	16,85	9,12%
Engenharia Química (Faculdade de Engenharia do Porto)	17,08	5,70%
Matemática Aplicada à Computação (I.S. Técnico)	18,45	3,76%
Arquitetura (Instituto Superior Técnico)	16,20	7,80%

Fonte: DGES

Tabela 15 – Cursos de Arquitetura

Instituição	Número de estudantes	Nota mínima de acesso	% de bolsеiros
ISCTE	337	16,60	11,28%
Universidade da Beira Interior	371	14,97	26,42%
Universidade de Coimbra	509	14,85	20,24%
Universidade de Évora	229	14,57	26,20%
U. Lisboa - Fac. Arquitetura	1 392	16,35	10,63%
U. Lisboa - I. Superior Técnico	372	16,20	7,80%
U. Minho	385	17,23	30,65%
U. Porto	839	18,40	14,06%

Fonte: DGEEC, DGES

Tabela 16 – Cursos de Medicina

Curso	Número de estudantes	Nota mínima de acesso	% de bolseiros
ICBAS, Universidade do Porto	1 074	19,03	12,76%
Universidade do Porto	1 675	18,82	12,96%
Universidade de Lisboa	2 325	18,35	10,11%
Universidade Nova Lisboa	1 714	18,45	7,29 %
Universidade de Coimbra	2 029	18,52	15,57%
Universidade do Minho	826	18,78	21,67%
Universidade da Beira Interior	983	18,32	23,30%

Fontes: DGEEC, DGES

O caso da Engenharia Mecânica é bastante mais complexo uma vez que há cursos em Institutos Politécnicos com percentagens muito baixas de bolseiros (entre 6% e 9,1%) mas com notas mínimas de acesso igualmente baixas (ver Tabela 14). A Tabela 17 apresenta alguma informação adicional para ajudar a interpretar os resultados. Os dados relativos ao ensino universitário mostram que a Engenharia Mecânica é um curso de muito elevada procura, com uma percentagem de bolseiros escandalosamente baixa nos casos da Universidade Nova de Lisboa (1,48%) e da Faculdade de Engenharia do Porto (3,82%). Outros casos são o Instituto Superior Técnico (6,79%), a Universidade do Minho (6,76%) e a Universidade de Aveiro (9,81%), sendo de destacar a Universidade do Minho com uma percentagem de bolseiros muito abaixo da média da instituição (27,92%) e a Universidade de Aveiro (19,94%). A Universidade de Coimbra apresenta uma percentagem algo inferior à média da Universidade (20,23%) e a UTAD está próxima da média da instituição (30,06%) para além de se um curso com um número residual de vagas (27).

Tabela 17 – Preenchimento de vagas de Engenharia Mecânica nas diversas fases Fonte: DGES

	Vagas	Colocados 1.ª fase	Nota mínima	Sobrantes 2.ª fase	Sobrantes 3.ª fase	Sobrantes final
Universidade de Aveiro	112	112	15,53	0	0	0
Universidade de Coimbra	110	111	14,38	0	0	0
Universidade Nova de Lisboa	75	76	16,74	0	0	0
Universidade do Minho	85	87	16,30	0	0	0
Universidade do Porto	210	213	17,98	0	0	0
UTAD	27	27	12,78	0	0	0
Universidade de Lisboa – I. S. Técnico	165	165	18,03	0	0	2
Instituto Politécnico de Bragança	58	4		54	53	10
Instituto Politécnico de Coimbra	61	30	12,39	31	10	12
Universidade do Algarve	23	10	14,53	13	9	5
Instituto Politécnico de Leiria	43	27	11,77	16	9	5
Instituto Politécnico de Lisboa	104	104	13,33	0	0	1
Instituto Politécnico do Porto	120	122	16,20	0	0	0
Instituto Politécnico de Setúbal	55	15	11,96	40	28	26
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	38	7	14,13	31	27	20
Instituto Politécnico de Viseu	45	8	12,16	37	36	15
I. Politécnico de Tomar (Abrantes)	25	0		25	24	5

Os dados da Tabela 17 apresentam o preenchimento das vagas nas várias fases do Concurso Nacional de Acesso ao ensino superior. Verifica-se que todas as universidades e os Institutos Politécnicos de Lisboa e do Porto são as únicas instituições que preenchem todas as vagas na primeira fase sendo que no caso do Porto a nota mínima de acesso ao Politécnico também é bastante elevada (16,20 valores). Isto indicia claramente que nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto há falta de vagas no ensino superior público, razão pela qual os politécnicos nelas localizados não têm dificuldades de recrutamento, para além da existência de um setor privado de dimensão significativa (36,6% do sistema na área metropolitana de Lisboa e 34,8% da área metropolitana do Porto).

Os restantes Institutos Politécnicos mostram dificuldade em atrair alunos, ficando uma percentagem significativa das suas vagas por preencher no final da 1.ª fase do concurso (39,5% em Leiria, 50,8% em Coimbra, 56,5% no Politécnico da Universidade do Algarve, 72,7% em Setúbal, 81,6% em Viana do Castelo, 82,2% em Viseu, 93,10% em Bragança e 100% em Abrantes – Politécnico de Tomar). Mesmo no fim da terceira fase há cursos sem a totalidade das vagas preenchidas (52,6% em Viana do Castelo, 47,3% em Setúbal, 33,3% em Viseu, 21,7% no Politécnico do Algarve, 20% em Abrantes, 19,7% em Coimbra e 17,2% em Bragança). O caso do Politécnico de Bragança merece atenção adicional uma vez que apenas consegue 4 estudantes na 1.ª fase e 1 na 2.ª fase para ter um grande êxito na 3.ª fase ao conseguir 43 novos estudantes. No entanto, no inquérito RAIDES da DGEES, o Politécnico de Bragança declara como residentes locais 486 estudantes, mas que concluíram o ensino secundário maioritariamente fora de Portugal. Convirá averiguar se não serão por exemplo estudantes da Guiné ou de Cabo Verde.

De qualquer modo estes resultados são preocupantes uma vez que há vagas não preenchidas com médias de entrada baixas, o que mostra a incapacidade destes politécnicos atraírem alunos de outras regiões, possivelmente porque estes alunos serão de origem de famílias economicamente desfavorecidas que não podem assumir os custos de uma deslocação.

No caso da Engenharia e Gestão Industrial, tal com acontecia com a Engenharia Mecânica, existem diversos cursos com uma percentagem exageradamente baixa de bolseiros e notas mínimas de acesso elevadas, casos da Universidade Nova (1,98% e 16,66 valores), da Universidade do Porto (2,53% e 18,98 valores) e do Instituto Superior Técnico – Tagus Park (3,64% e 17,55 valores). Também a Universidade do Minho (9,11% e 17,94 valores) e a Universidade de Aveiro (9,47% e 16,66 valores) tem percentagens de bolseiros significativamente inferiores à média da instituição. A Universidade de Coimbra (19,20% e 15,48 valores) está aproximadamente dentro da média (20,23%). A Universidade da Beira Interior (18,09% e 12,54 valores) consegue preencher as vagas, mas a nota mínima de entrada é baixa (12,54 valores), ao passo que a UTAD não consegue preencher todas as vagas (43,8% por preencher), o mesmo acontecendo com a Universidade de Évora, mas neste caso o

número total de alunos do curso (18) e o número de novos ingressos (11) não permite uma avaliação mais positiva.

Tabela 18 – Preenchimento de vagas de Engenharia e Gestão Industrial nas diversas fases

	Vagas	Colocados 1.ª fase	Nota mínima	Sobrantes 2.ª fase	Sobrantes 3.ª fase	Sobrantes final
Universidade de Aveiro	82	82	16,66	0	0	0
Universidade da Beira Interior	22	21	12,54	1	0	0
Universidade de Coimbra	61	61	15,48	0	0	0
Universidade de Évora	20	8	14,02	12	12	9
Universidade Nova de Lisboa	55	56	16,66	0	0	0
Universidade do Minho	68	68	17,94	0	0	0
Universidade do Porto	107	108	18,98	0	0	0
UTAD	32	11	11,63	21	15	14
U. de Lisboa - (Tagus Park)	71	72	17,55	0	0	0
I. Politécnico do Cávado e do Ave	25	13	12,33	12	8	0
Instituto Politécnico de Coimbra	26	26	13,93	0	0	1
Instituto Politécnico de Leiria	26	6	13,31	20	17	9
Instituto Politécnico do Porto	45	45	18,14	0	0	0

Fonte: DGES

Quanto ao ensino politécnico é de salientar de novo o caso do Instituto Politécnico do Porto com uma média mínima de entrada muito elevada (18,14 valores) o que confirma a dificuldade de famílias de menores recursos ingressarem em instituições públicas da região, em particular em cursos de elite. Os outros três politécnicos, com um número baixo de vagas, acaba por admitir estudantes com médias baixas e, no caso de Leiria, ficam mesmo por preencher 34,6% das vagas.

### 3. O Programa +Superior

O Programa +Superior é uma medida que visa incentivar e apoiar a frequência do ensino superior em regiões do país com menor procura e menor pressão demográfica por estudantes economicamente carenciados que residem habitualmente noutras regiões. O Programa +Superior procura contribuir para a coesão territorial através da fixação de jovens e para a prossecução das metas do Portugal 2020 relativamente ao número de jovens com formação superior. Nas regiões elegíveis – Norte, Centro e Alentejo – estas bolsas são cofinanciadas pelo FSE – Fundo Social Europeu, no âmbito das respetivas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

A Tabela 19 indica quais as regiões e as instituições a que se aplica o Programa +Superior e a Tabela 20 mostra a distribuição por regiões no ano letivo 2021/22. A Tabela 21 e o Gráfico 2 mostram a evolução temporal do +Superior, sendo de destacar a significativa subida de bolsas a partir de 2021/22. Finalmente, a Tabela 22 mostra a situação atual do +Superior, dando ainda informação sobre a distribuição por instituição.

Tabela 19 – Regiões e instituições do +Superior

NUTS II	NUTS III	Instituição
Alentejo	Alentejo Central	Universidade de Évora
Alentejo	Alto Alentejo	Instituto Politécnico de Portalegre
Alentejo	Baixo Alentejo	Instituto Politécnico de Beja
Alentejo	Lezíria do Tejo	Instituto Politécnico de Santarém
Algarve	Algarve	Universidade do Algarve
Centro	Beira Baixa	Instituto Politécnico de Castelo Branco
Centro	Beiras e Serra Estrela	Instituto Politécnico da Guarda
Centro	Beiras e Serra Estrela	Universidade da Beira Interior
Centro	Médio Tejo	Instituto Politécnico de Tomar
Centro	Região de Coimbra	ESTG Oliveira do Hospital
Centro	Viseu Dão Lafões	Instituto Politécnico de Viseu
Norte	Alto Minho	Instituto Politécnico de Viana do Castelo
Norte	Douro	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Norte	Terras de Trás-os-Montes	Instituto Politécnico de Bragança
Açores	Açores	Universidade dos Açores
Madeira	Madeira	Universidade da Madeira

Fonte: DGES

Tabela 20 – Distribuição do +Superior por região em 2021/22

Região/IES	Bolsas Disponíveis por Região	Núm. de Candidatos	Núm. de Deferimentos	Núm. de Bolsas atribuídas	Núm. de Renovações
Alentejo	475	1 680	1186	1186	758
Algarve	125	471	340	340	181
Centro	850	2 995	2127	2127	1365
Norte	900	3 268	2216	2216	1239
Região Autónoma da Madeira	35	40	5	5	5
Região Autónoma dos Açores	35	89	45	45	22
Z - Regiões Não Elegíveis		145	1	1	1
<b>Total Geral</b>	<b>2 420</b>	<b>8 688</b>	<b>5920</b>	<b>5 920</b>	<b>3 571</b>

Fonte: DGES

Tabela 21 – Evolução temporal do +Superior (Fonte: DGES)

	Núm. de Candidatos	Núm. de Deferimentos	Núm. de Bolsas atribuídas	Núm. de Renovações
2014/2015	1507	1327	1000	0
2015/2016	2487	1125	1002	796
2016/2017	2163	2156	1361	1533
2017/2018	3100	1476	1290	2212
2018/2019	6393	1949	1565	2392
2019/2020	6661	2159	1854	2594
2020/2021	8152	2416	2307	3063
2021/2022	8688	5920	5920	3571

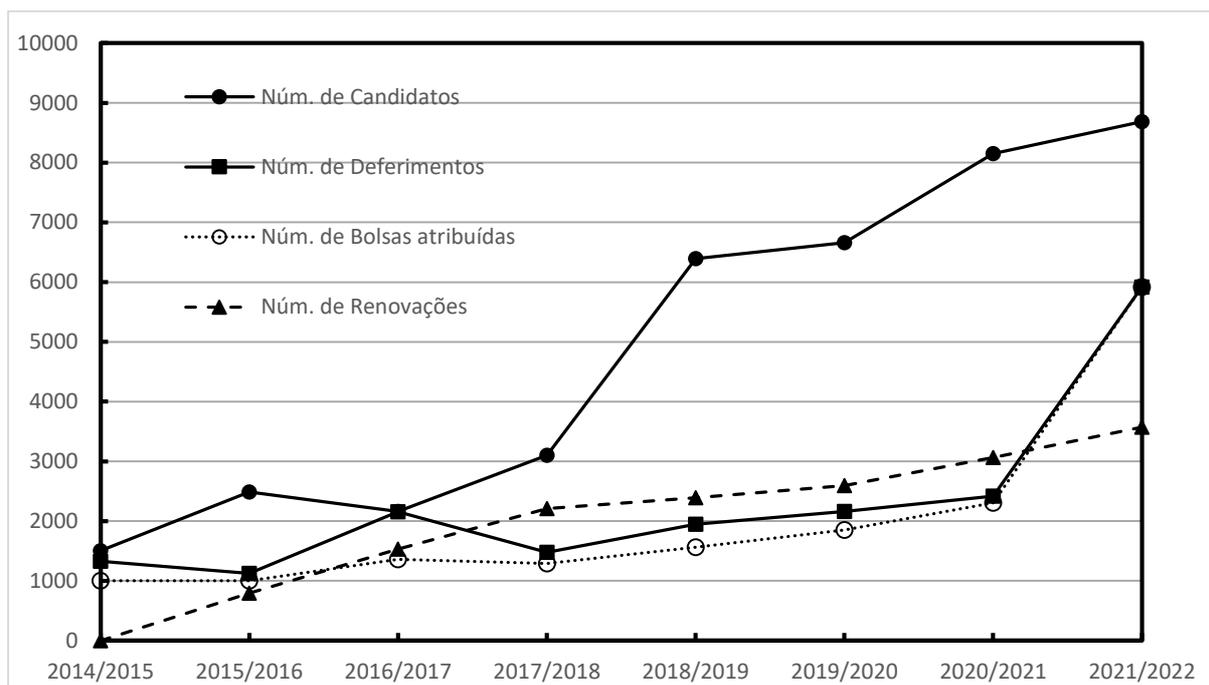


Gráfico 2 – Evolução temporal do +Superior (Fonte: DGES)

Tabela 22 – Situação do +Superior em 2022/23

Instituição de Ensino Superior	Candidaturas	Em análise	Aceite com Bolsa			Rejeitada
			Novas	Renovações	Total	
I. Politécnico da Guarda	584	7	151	197	348	229
I. Politécnico de Beja	337	7	75	118	193	137
I. Politécnico de Bragança	1837	109	526	588	1114	614
I. P. de Castelo Branco	903	6	259	322	581	316
I. Politécnico de Coimbra	128	4	42	28	70	54
I. Politécnico de Portalegre	471	6	146	149	295	170
I. Politécnico de Santarém	591	7	153	165	318	266
I. Politécnico de Tomar	284	3	78	77	155	126
I. Pol. de Viana do Castelo	831	19	166	217	383	429
I. Politécnico de Viseu	784	12	176	285	461	311
Univ. da Beira Interior	1177	25	313	464	777	375
Universidade da Madeira	90	0	4	2	6	84
Universidade de Évora	881	10	217	283	500	371
UTAD	1547	16	412	610	1022	509
Universidade do Algarve	780	14	197	201	398	368
Universidade dos Açores	180	5	25	29	54	121
Não Elegível	2090	144	1	0	1	1945
<b>Totais</b>	<b>13495</b>	<b>394</b>	<b>2941</b>	<b>3735</b>	<b>6676</b>	<b>6425</b>

Fonte: DGES

#### 4. Outros apoios sociais e equidade

Um outro aspeto a considerar é o do financiamento do apoio social escolar nas diversas instituições. De acordo com um relatório recente da OCDE<sup>5</sup> (2022, pp. 157-161) verifica-se uma enorme diferença no financiamento per capita dos Serviços de Ação Social das diversas instituições de ensino superior públicas, como se mostra no Gráfico 3

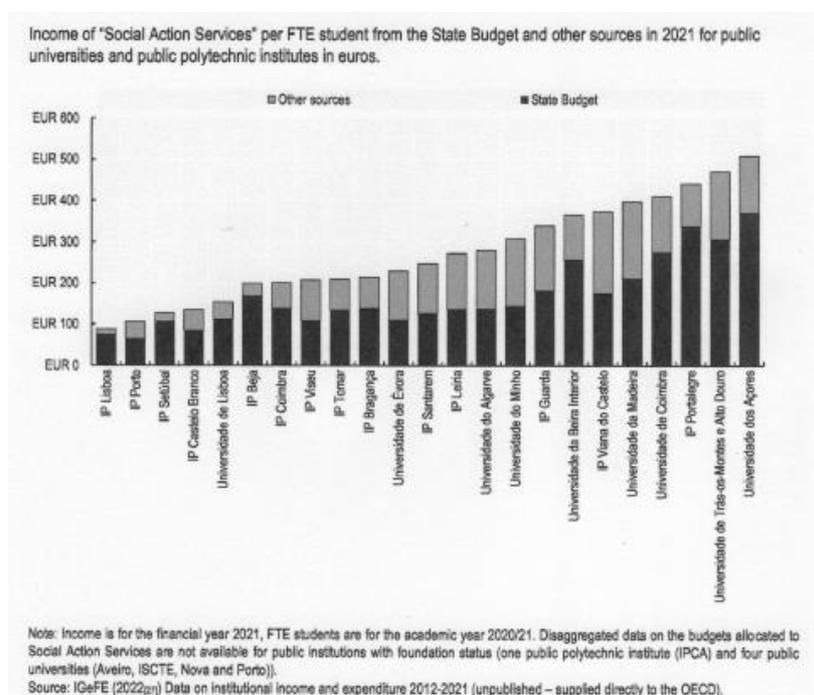


Gráfico 3 – Apoio social per capita (Fonte: OECD, 2022)

Na verdade, a decisão de integrar os Serviços de Ação Social nas instituições acabou com o financiamento público consignado à ação social indireta (alimentação, residências, etc.) pelo que as verbas atribuídas passaram a depender das decisões de cada instituição. Como salienta a OECD (2022, p. 159 “Embora o nível de investimento requerido pelos Serviços de Ação Social de cada instituição depende de algum modo do perfil socioeconómico da população estudantil e da proporção dos estudantes deslocados (e precisando de alojamento) é digno de nota que certos institutos politécnicos – que se esperam que atraiam uma maior proporção de estudantes de famílias de menores recursos – tenham os mais baixos investimentos per capita nos seus Serviços de Ação Social. Além disso, a OCDE observa que, com a integração dos encargos com a Ação Social nos orçamentos de cada instituição, diminuiu a vontade de as instituições permitirem o acesso aos seus serviços dos estudantes de outras instituições localizadas na mesma cidade.

<sup>5</sup> OECD (2022). *Resourcing Higher Education in Portugal*. Paris. OECD

Por estes motivos haverá que eventualmente reconsiderar a decisão de eliminar a vinculação obrigatória de verbas para apoio social ou, em alternativa, seguir as recomendações da OCDE:

- Analisar os fatores que explicam a variação dos níveis de investimento por estudante nos serviços sociais, entre instituições e entre localizações. Com base nesta análise avaliar a conveniência em estabelecer padrões mínimos ou orientações nacionais – como por exemplo o nível mínimo de serviços a serem prestados – para os Serviços de Ação Social das instituições, que por sua vez poderiam ser avaliadas por meio de auditorias institucionais.
- Em locais com mais de uma instituição pública, determinar que as instituições desenvolvam soluções que permitam que os serviços de apoio sejam compartilhados entre instituições onde isto seja racional, para aumentar a capacidade de acesso e melhorar a eficiência.

Uma outra questão prende-se com o alojamento estudantil. Verifica-se atualmente uma crise de alojamento para estudantes deslocados, com especial incidência em Lisboa e no Porto, quer devido à falta de oferta, quer devido aos preços excessivos, o que pode ser uma consequência do desenvolvimento do alojamento local voltado para o turismo. Foi criado um Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior no âmbito do qual foi realizado um inquérito<sup>6</sup>. O Gráfico 4 e as Tabelas 23 e 24 mostram que entre 1998 e 2017 houve um aumento muito moderado das camas disponíveis para estudantes deslocados. O Gráfico 5 mostra a percentagem de estudantes deslocados em relação aos estudantes inscritos por NUTS III. Verifica-se que há grande desigualdade entre as NUTS III, sendo que é nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e no Algarve que se verificam as percentagens mais baixas de deslocados, inferiores a 35%. Finalmente o Gráfico 6 mostra a razão de camas disponíveis por estudantes deslocados. Para além de mostrar que a percentagem de camas disponíveis corresponde a apenas 13% do número de estudantes deslocados, bem como evidencia grandes disparidades regionais.

De acordo com os dados disponíveis no Observatório do Alojamento Estudantil para 2022/23, à data de 3 de setembro de 2022, havia cerca de 9.600 quartos disponíveis em todo o país, com preço médio nacional de 267€ por quarto, o que representa uma redução de cerca 1.4% do preço médio face ao início do ano – particularmente expressiva na zona de Lisboa (variação de -6%) e Madeira (variação de -14,2%). É por isso algo surpreendente que um grupo privado esteja a oferecer quartos com preços entre os 700 e os 1.100 Euros em Lisboa<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> *Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior. Diagnóstico e Monitorização*. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Ministério do Ambiente. 2018.

<sup>7</sup> Segundo o comentário jocoso de uma cronista de um jornal diário isso seria equivalente a inaugurar um stand da Bentley para resolver os problemas de mobilidade.



Fonte: DGES

Gráfico 4 – Evolução do número de camas disponíveis

Universidades Públicas	1998	2000	2005	2009	2015	2017
Universidade dos Açores	171	185	285	380	348	347
Universidade do Algarve	567	567	599	591	502	552
Universidade de Aveiro	723	847	799	802	1020	1139
Universidade da Beira Interior	466	468	470	816	808	813
Universidade de Coimbra	803	925	1088	1088	1325	1327
Universidade de Évora	538	539	575	575	527	527
Universidade de Lisboa	717	717	709	708	951	1174
Universidade da Madeira	20	21	48	257	209	209
Universidade do Minho	1064	1392	1457	1401	1389	1399
Universidade Nova de Lisboa	309	309	385	452	452	527
Universidade do Porto	774	772	1023	1177	1200	1190
Universidade Técnica de Lisboa	514	397	502	448		
UTAD	474	422	422	523	532	535
ISCTE	0	0	0	0	82	81
<b>TOTAIS</b>	<b>7140</b>	<b>7561</b>	<b>8632</b>	<b>9218</b>	<b>9345</b>	<b>9820</b>

Tabela 23 – Evolução do número de camas nas universidades públicas (Fonte: DGES)

Politécnicos Públicos	1998	2000	2005	2009	2015	2017
IP Beja	96	208	201	312	315	331
IP Bragança	278	278	350	367	379	397
IP Castelo Branco	249	247	424	424	424	424
IP Cávado e Ave	0	0	0	0	23	40
IP Coimbra	200	200	200	370	336	352
IP Guarda	289	289	394	393	393	425
IP Leiria	326	434	531	917	740	763

IP Lisboa	200	236	136	236	200	200
IP Portalegre	198	198	421	368	272	272
IP Porto	138	190	176		304	319
IP Santarém	204	204	250	275	281	281
IP Setúbal	73	198	198	294	294	306
IP Tomar	120	120	293	287	246	264
IP Viana do Castelo	317	433	455	404	445	449
IPM Viseu	202	202	204	320	116	318
ES Enfermagem de Coimbra	0	0	0	187	168	152
ES Enfermagem de Lisboa	0	0	0	260	168	155
ES Enfermagem do Porto	0	0	0	0	0	0
ES Náutica Infante D. Henrique	0	0	0	111	98	102
ES Hotelaria e Turismo do Estoril	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAIS</b>	<b>2890</b>	<b>3539</b>	<b>4233</b>	<b>5795</b>	<b>5202</b>	<b>5550</b>

Tabla 24 – Evolução do número de camas nos politécnicos públicos (Fonte: DGES)

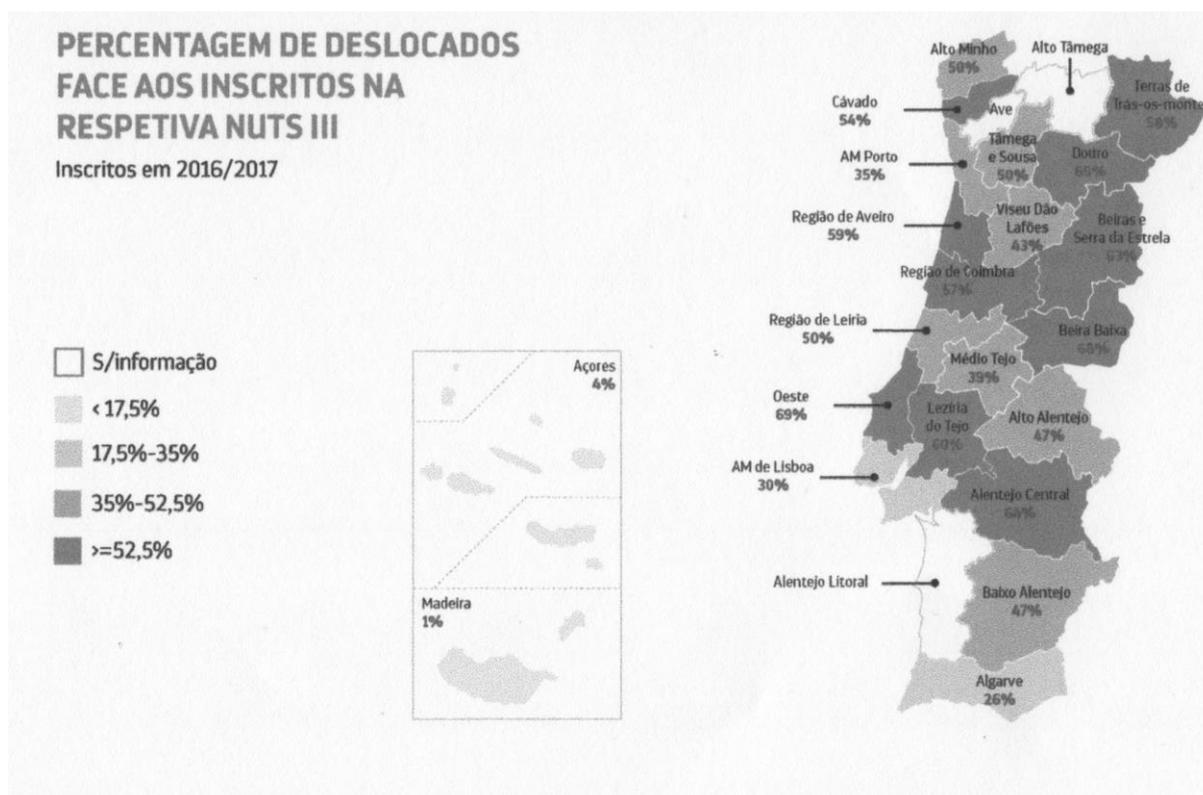


Gráfico 4 – Percentagem de deslocados por NUTS III (Fonte: DGES)

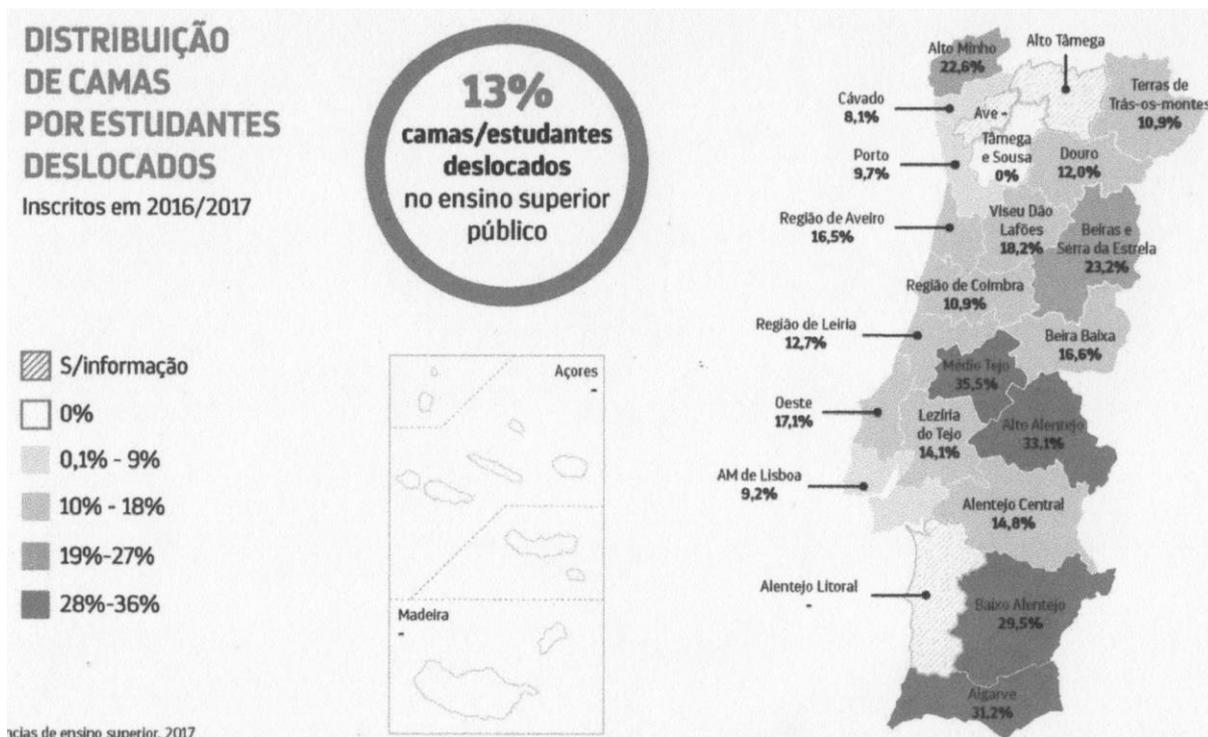


Gráfico 5 – Percentagem de camas por estudantes deslocados nas NUTS III (Fonte DGES)

Atendendo a que todas as previsões apontam para uma diminuição significativa dos estudantes nacionais devido à quebra das taxas de natalidade faz todo o sentido a recomendação da OCDE (2022, p. 163):

- Assegurar que os futuros investimentos em alojamentos para estudantes sejam dirigidos para as localizações com maior falta de alojamentos para estudantes e sejam planeados tendo em conta as previsões de futuros níveis de números de estudantes matriculados.

### Considerações finais: a equidade

O apoio social escolar é um elemento fundamental das políticas de ensino superior contribuindo de forma decisiva para atingir o propósito de assegurar que nenhum estudante será excluído do subsistema de ensino superior, por problemas financeiros. Como as bolsas de estudo são atribuídas a alunos de famílias de menores recursos a percentagem de bolseiros num determinado curso ou instituição é um indicador da equidade no acesso a esse curso ou instituição.

Os dados coligidos permitem desde já algumas conclusões, nomeadamente em relação a casos evidentes de falta de equidade no acesso. A primeira conclusão é a de que existem algumas instituições que exibem, claramente, um carácter de elitismo, nomeadamente as instituições da Área Metropolitana de Lisboa (Universidade Nova com 8,65% de bolseiros, o ISCTE com 8,88% e a Universidade de Lisboa com 10,99%). Mesmo o Instituto Politécnico de

Setúbal tem apenas 12,37% de bolsiros). Também a Universidade do Porto com apenas 15,89% de bolsiros exibe algum carácter de elitismo, nomeadamente em algumas das suas Faculdades como Medicina, ICBAS, Medicina Dentária e Engenharia. No extremo oposto temos instituições como a Universidade da Beira interior com 24,76%, a Universidade do Minho com 27,92% e a UTAD com 30,06% de bolsiros. Algo de semelhante pode observar-se a nível insular com 31,60% de bolsiros na Universidade dos Açores e 42,21% na Universidade da Madeira.

A segunda constatação é a de que o subsistema politécnico, com uma média de 25,45% de bolsiros, tem maior participação por parte das famílias de menores rendimentos do que o subsistema universitário com 17,02%. Com exceção dos Institutos Politécnicos de Lisboa e do Porto que em regra preenchem todas as suas vagas na 1.ª fase do Concurso Nacional de Acesso ao ensino superior, os restantes politécnicos, em particular os próximos da fronteira com Espanha ou situados no interior (Viana do Castelo, Bragança, Beja, Guarda, Portalegre, Castelo Branco, Viseu), têm dificuldade no preenchimento das vagas disponíveis e apresentam percentagens elevadas de bolsiros, em alguns casos superior a 30%.

Verifica-se, ainda, a existência de diversos cursos com uma percentagem demasiado baixa de alunos das classes mais desfavorecidas. Neste caso não estão apenas as medicinas, mas também outros cursos, em especial na área das tecnologias, com especial incidência nas Faculdades de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, do Instituto Superior Técnico e da Faculdade de Engenharia do Porto. Alguns exemplos extremos são os cursos de Engenharia e Gestão Industrial da Universidade Nova (1,98%), da Faculdade de Engenharia do Porto (2,53%) e do Instituto Superior Técnico (3,64%), ou da Engenharia Mecânica da Universidade Nova (1,48%) ou da Faculdade de Engenharia do Porto (3,82%).

O facto de para o mesmo curso haver variações significativas de instituição para instituição é um efeito do carácter de bem posicional do ensino superior<sup>7</sup> e cria dificuldades a uma eventual política de eliminação de *numerus clausus* por dificultar a subsistência de diversas instituições, nomeadamente os politécnicos do interior.

Por fim, a Tabela 25 mostra a relação entre a população residente e o número de estudantes no ensino superior, revelando grandes desigualdades na cobertura pelo ensino superior público e questionando a bondade da restrição de vagas nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

---

<sup>7</sup> O Ensino fornece bens posicionais, os lugares no ensino dão aos alunos uma vantagem relativa na competição por empregos, remunerações, estatuto social e prestígio. Lugares em escolas de elite e faculdades universitárias muito procuradas são a forma mais desejada de bem posicional porque estão associados a uma alta probabilidade de êxito numa carreira. Lugares noutras instituições oferecem vantagens competitivas mais modestas. Numa competição posicional não funciona bem a mão invisível do mercado por predominar o valor simbólico da instituição e/ou curso (ver, por exemplo, a influência dos rankings).

Tabela 25: Estudantes e população por NUTS III (Fonte: DGEEC)

NUTS III	Estudantes no ensino público	Público População/estudantes	Estudantes no público + privado	Público+Privado População/Estudantes
Alentejo Central	7 575	20	7 575	20
Alentejo Litoral	0	∞	0	∞
Algarve	10 536	44	10 536	44
Alto Alentejo	2 298	46	2 298	46
Alto Minho	5 177	45	5 177	45
Alto Tâmega	0	∞	381	221
Área Metropolitana de Lisboa	111 000	26	149 201	19
Área Metropolitana do Porto	56 031	31	85 968	20
Ave	0	∞	2 234	187
Baixo Alentejo	3 275	35	3 275	35
Beira Baixa	4 460	18	4 460	18
Beiras e Serra da Estrela	11 442	18	11 442	18
Cávado	26 370	16	27 119	15
Douro	8 455	22	8 455	22
Lezíria do Tejo	4 409	53	5 158	46
Médio Tejo	2 297	100	2 297	100
Oeste	3 303	110	3 303	110
Região de Aveiro	15 398	24	15 398	24
Região de Coimbra	36 813	12	38 338	11
Região de Leiria	9 367	31	9 834	29
Tâmega e Sousa	1 828	224	2 549	160
Terras de Trás-os-Montes	9 724	11	9 724	11
Viseu Dão Lafões	5 332	47	6 608	38
Total Continente	335 090	29	411 330	24
Açores	2 911	81	2 911	81
Madeira	3 536	71	3 536	71
Total PORTUGAL	341 537	30	417 777	25